

SUMÁRIO

ARTIGOS E PARECERES

- 612** O TERCEIRO SETOR E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
Marcelo José das Neves
- 618** POR QUE AS SUBVENÇÕES SOCIAIS NÃO SÃO ALCANÇADAS PELO MROSC?
Mariana Moreira, Kleyton Rogério Machado Araújo
- 621** A APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CONVÊNIO E SUA VIABILIDADE LICITATÓRIA
Tatiana Cristina Silva Rocha
- 624** A IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL
Daniela Moreira de Souza, Leila Moreira de Souza, Isabella Fonseca Alves
- 627** FEDERALISMO, NEOLOCALISMO E CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS EM MINAS GERAIS:
UMA AVALIAÇÃO DO PAPEL DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE FOMENTO AOS
CONSÓRCIOS EM MINAS GERAIS
André Santiago Lima, Flávia Lo Buono Leite, João Vitor Silva Fonseca

TRIBUNAIS DE CONTAS

- 638** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
A prestação de contas deve demonstrar o vínculo estrito entre os recursos repassados e as despesas incorridas
- 654** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Inaplicabilidade da Lei nº 8.666/93 à CEF na qualidade de interveniente em contrato de repasse
- 659** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
A inexistência de nexos causal entre os desembolsos e as despesas afetas ao convênio enseja a glosa

JURISPRUDÊNCIA

- 682** SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Irregular liberação de recursos federais em período vedado pela legislação eleitoral

EMENTÁRIO

- 686** Verba federal – Convênio – Improbidade – Competência da Justiça Estadual
- 686** Convênio – Avaliação de regularidade – Momento – Celebração do contrato

SUMÁRIO

DÚVIDAS DOS ASSINANTES

688 CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO – PROCEDIMENTO

690 CONVÊNIO – LICITAÇÃO – CONSIDERAÇÕES

694 ÍNDICE CUMULATIVO